

# Câmara adia votação do Plano para Saúde

DF -

CRYSTIANO D'MOURA / 09.04.2000

O Plano Emergencial para a Saúde continua sem data definida para ser votado pela Câmara Legislativa. Previsto para ser apreciado na sessão extraordinária de ontem, o Plano foi retirado da pauta. A decisão partiu da própria líder do governo, Eurides Brito (PMDB), que alegou pedido de vistas ao projeto.

Os governistas argumentam que o Plano foi "descaracterizado" com as emendas apresentadas por alguns deputados. A intenção da líder Eurides Brito é discutir com o governador Joaquim Roriz as mudanças em relação ao projeto original.

A idéia da base governista é devolver os projetos do Plano que dependem de aprovação da Casa para o Executivo reapresentá-los. O projeto recebeu 12 emendas. Uma das principais mudanças diz respeito à gratificação por produtividade. O percentual, que incide sobre os procedimentos médicos, aumentou de 15% para 25%. Os enfermeiros, que inicialmente não seriam contem-



**EURIDES Brito quer discutir emendas com o governador**

**27 MAR 2003**

**JORNAL DE BRASÍLIA**

plados pela gratificação, também ganhariam direito ao percentual.

Outra novidade diz respeito ao cargo de diretor técnico, encarregado de cuidar das questões administrativas do hospital. Uma das emendas obriga o ocupante do cargo a ser formado em administração hospitalar. Segundo o deputado Izalci Lucas (PFL), um dos integrantes da Comissão de Educação e Saúde, não houve mudanças no número total de cargos cria-

dos pelo Plano (136).

De acordo com as planilhas encaminhadas pelo GDF, somente com pessoal, o Plano Emergencial vai representar um gasto de R\$ 22,8 milhões em 2003. Pelos cálculos do governo, a despesa de pessoal gerada pelas medidas não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei determina que o Estado não pode comprometer mais de 49% do orçamento com folha de pagamento. Nesse caso, o comprometimento é de 34%.